



## GRUPO DE TRABALHO PARA O PARLAMENTO DIGITAL

### Ata n.º 21/XIII/3ª SL

#### Deputados presentes na Reunião de 10/10/2017

<b>Coordenador</b>	<b>Jorge Lacão</b>
Ivan Gonçalves	PS
João Pinho de Almeida	CDS-PP
Bruno Dias	PCP

Em representação do **PEV** esteve presente a respetiva Chefe de Gabinete, Dra. Joana Silva.

Aos 10 dias do mês de outubro de 2017, pelas 14H30, reuniu o Grupo de Trabalho para o Parlamento Digital, na sala D. Maria, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Ponto da situação relativo aos projetos em curso;
2. Iniciativas futuras.

O Sr. Coordenador do Grupo de Trabalho para o Parlamento Digital (GTPD) iniciou os trabalhos, fazendo o ponto da situação dos projetos em curso.

Lembrou a importância que teve a assinatura do Protocolo de Interoperabilidade entre os órgãos de soberania, no dia 21 de julho, e salientou o papel do GTPD na execução dos fluxos.



Sobre o processo de desmaterialização do Processo Legislativo, solicitou aos Serviços que falassem sobre o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido. Foi esclarecido que a DSATS concluiu a análise e levantamento de incidentes dos seguintes fluxos legislativos:

- Projetos de Lei e Propostas de Lei
- Propostas de Lei de autorização legislativa
- Projetos de Resolução com carácter político
- Projetos de Resolução para a Assembleia da República dar assentimento à ausência do Presidente da República do território nacional
- Propostas de Resolução
- Projetos de Deliberação
- Apreciação Parlamentar

Além disso, também se procedeu à verificação da atual aplicação e está a ser feito, pelo CINF, o estudo das alterações a implementar. Contudo, a implementação deste processo depende da reestruturação da base de dados da atividade parlamentar (AP), que está em fase de concurso, mas que, depois de adjudicação, demorará cerca de um ano e meio a implementar.

Foi chamada a atenção para a enorme quantidade de informação que está em causa na AP.

Quanto ao Voto Eletrónico, a DSATS explicou que os Serviços tem estado a recolher informação sobre os sistemas de votação eletrónica em



funcionamento nos vários parlamentos, em especial na Europa, aguardando-se as respostas.

Foi esclarecido que, com o sistema de votação atual não é possível garantir, em termos técnicos, o secretismo da votação. Aliás, o sistema está construído para votações públicas e nas votações secretas, como é o caso das eleições de órgãos externos, a votação é sempre feita em urna. Caso a decisão política fosse no sentido de ter também um sistema eletrónico de votação para essas eleições, ter-se-ia que adquirir um novo sistema que contemple novas funcionalidades. Na verdade, a votação nem sequer poderia ser feita na Bancada Eletrónica Parlamentar (BEP), visto que desse modo não fica assegurado o secretismo da votação.

O Deputado João Almeida sugeriu que fossem definidos todos os requisitos técnicos do sistema de votação antes de se avançar para a elaboração de um caderno de encargos.

O Deputado Bruno Dias disse que, no seu GP, todos estarão de acordo para prosseguir para a análise da proposta em concreto.

Todavia, todos consideraram mais prudente discutir, novamente, este ponto numa próxima reunião, preferencialmente já de posse de mais informação.

Questionado pelo Sr. Coordenado do GTPD quanto ao ponto de situação da aquisição de um sistema de Gestão Documental, o Sr. Secretário-Geral informou que está a decorrer um concurso e que, se tudo correr bem, dentro em breve será feita a adjudicação.



A Diretora do CINF explicou que no final de novembro será possível fazer uma apresentação interna.

O Coordenador do GTPD considerou da maior relevância que o novo site da AR seja rapidamente concluído.

O Deputado Luís Monteiro concordou com o facto de que o desenvolvimento do novo site deve ser considerado como um dos projetos prioritários, visto que a página da AR na Internet é o instrumento de comunicação mais importante.

O Deputado Bruno Dias concordou que seria desejável que o novo site entrasse em produção antes do final do ano. Porém, alertou para o facto de este género de processos serem complexos e frisou que, no momento em que o site for apresentado, terá que haver conteúdos novos, ou seja, há ainda muito trabalho a ser desenvolvido pelos serviços. Sugeriu que a definição dos calendários salvaguardasse sempre a fase dos testes.

Foi solicitado à Diretora do CINF que explicasse a situação das Plataformas Digitais para reforço da participação Democrática, tendo a mesma esclarecido que a estrutura já está concluída e apenas se está a limar pormenores.

Sobre a AR-TV o Senhor Secretário-Geral informou sobre o ponto de situação das novas instalações e sobre o plano de investimentos em curso para dotar o Canal com mais quatro régies, o que implicará a substituição de um servidor e a contratação de mais recursos humanos. Aproveitou para informar da intenção da abertura de um procedimento concursal para



Técnicos de Apoio Parlamentar, no âmbito do qual serão selecionados quatro técnicos para o Canal Parlamento.

O Coordenador do GTPD sugeriu que fosse feito um estudo no sentido de a AR ter uma frequência de Rádio tal como tem um Canal Parlamento, de forma a chegar a maior número de público, divulgando os trabalhos parlamentares.

O Deputado Bruno Dias concordou, acrescentando que, atualmente, se ouve mais rádio e que este canal de comunicação é muito importante, salientando que a onda média tem um grande alcance.

O Coordenador do GTPD terminou, e informou que oportunamente seria agendada uma nova reunião para a conclusão destas matérias.

Palácio de São Bento, 10 de outubro de 2017

O Coordenador do Grupo de Trabalho para o Parlamento Digital,

Jorge Lação